

11/04/2016

APEOESP

21

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNTB** e **CUT**

Greve dos professores pode ser decretada em 29/04

Reunidos em assembleia estadual na Praça Roosevelt, em São Paulo, no dia 8/04, cinco mil professores decidiram que a categoria está em estado de greve, com nova assembleia agendada para o dia 29/04, no Vão Livre do MASP, na Avenida Paulista, Capital, quando a greve poderá ser decretada.

A assembleia foi marcada para o dia 29 para que possamos unificar os professores que receberão o bônus no dia 15 e aqueles que nada receberão. Não há nenhuma razão para esta divisão que o governo estadual criou entre nós. Haverá tempo até lá para uma grande convocação nas escolas e nas regiões.

A assembleia deliberou que devemos buscar a unidade com as demais entidades da educação para que realizarmos um forte movimento.

Reajuste zero, não dá!

Nossa categoria não aceita mais um ano sem reajuste salarial. Desde julho de 2014 (data do último reajuste) acumulamos perdas de 16,6%. Emergencialmente, queremos a reposição dessas perdas e a instalação de uma mesa permanente de negociação que discuta a valorização dos professores, de acordo com o que determina a meta 17 do Plano Nacional de Educação, ou seja, a equiparação dos nossos salários com a média dos demais profissionais do nível superior. Para atingir esta meta, no estado de São Paulo precisamos de um reajuste total de 75,33%, pago de forma escalonada. Lutamos por reajuste salarial para todos os professores, da ativa e aposentados.

Também queremos a reabertura das classes fechadas com no máximo 25 estudantes por classe, reabertura do noturno, melhores condições de trabalho, infraestrutura, equipamentos e materiais nas escolas, merenda nutritiva e de qualidade, fim do desconto das faltas de professores doentes que aguardam perícia e publicação de licenças, convocação de todos os concursados, abertura de contratações

de professores temporários (faltam professores nas escolas), extensão imediata dos direitos dos professores da categoria O pelo prazo de 3 anos (prazo atual de contratação) com pagamento e regularização das férias; e outras reivindicações.

Mobilização total

Nesta semana as subsedes receberão materiais encaminhados pela Sede Central para um grande trabalho de mobilização dos professores e de esclarecimento à população.

Como na greve de 2015 e no movimento contra a reorganização, devemos manter diálogo permanente com estudantes, pais, funcionários, comunidades e movimentos sociais para que apoiem e participem da nossa mobilização, pois ela visa não apenas nossos interesses profissionais, mas a melhoria da escola pública. Assim, nas escolas e outros locais, devemos realizar rodas de conversa, encontros, aulas e atividades para informar e engajar estudantes e pais no apoio à nossa luta.

O artigo publicado pelo secretário da Educação no dia 07/04 sinaliza que o governo não considera a educação pública como sua obrigação e que não fará esforços para atender nossos direitos. Somente uma forte greve e muita mobilização da sociedade pode fazê-lo recuar e negociar.

Desta forma, promoveremos caravanas nas macrorregiões, onde as subsedes devem trabalhar em conjunto para visitar o máximo de escolas, no máximo de cidades, nas quais devem ser promovidas panfletagens e, com carros de som, conversarem com a população sobre as razões de nossa provável greve. Praças, avenidas, empresas, igrejas, terminais, estações de trem e metrô e outros locais de grande concentração popular devem ser palcos de panfletagens. Toda a população precisa conhecer nossas reivindicações para apoiar o nosso movimento.

Outras instruções detalhadas serão transmitidas às subsedes.

Pelo direito à vida, contra o desconto de salários dos professores doentes

Como parte do calendário a ser desenvolvido, vamos realizar em data próxima, a ser agendada, atos em frente ao DPME e à Secretaria da Saúde para exigir a revogação da decisão do governo de colocar como injustificadas faltas de professores e professoras doentes que aguardam perícia e publicação de suas licenças médicas. Não aceitamos este ataque desumano contra a nossa categoria.

A APEOESP impetrou mandado de segurança coletivo contra esta medida do governo. A juíza da 8ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo indeferiu a liminar. Houve interposição de recurso e o Desembargador da 4ª Câmara de Direito Público, Ferreira Rodrigues, ainda não analisou o pedido.

O Desembargador, antes de apreciar o pedido, concedeu o prazo de dez dias para manifestação do Estado, cujo prazo terminou no dia 05/04. O pedido de liminar deverá ser apreciado nos próximos dias.

Decisão favorável à aposentadoria especial do professor readaptado é confirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado

Ainda com relação à saúde dos professores, é importante salientar que a APEOESP obteve grande vitória no Tribunal de Justiça do Estado que beneficia os professores readaptados, pois houve a confirmação do direito à contagem do tempo de readaptação para fins de aposentadoria especial.

A 3ª Câmara de Direito Público indeferiu o recurso do Estado e manteve a sentença de primeira instância que havia julgado procedente o mandado de segurança coletivo impetrado pela APEOESP.

Segundo o desembargador relator do acórdão, Marcelo Berthe, “é forçoso reconhecer que o professor afastado de suas atividades de sala de aula, por motivo de doença e, posteriormente, readaptado em outras funções não deixa de ser professor”. E continua “o entendimento que deve prevalecer em consonância com o Princípio da Isonomia é de que o professor readaptado no âmbito da unidade de ensino exerce igualmente seu cargo de professor como se o fizesse efetivamente na sala de aula”.

O professor readaptado filiado à APEOESP pode utilizar a decisão favorável conquistada para se aposentar pelo regime especial.

CPI da merenda

No dia 27/04 estaremos em peso na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo para uma audiência pública convocada pela Presidência da Casa, na qual vamos debater com o Secretário da Educação e com os deputados a situação da educação pública no estado, particularmente salários, condições de traba-

lho, fechamento de classes, desvios de recursos da educação, a questão da merenda, entre outras.

Horário e local serão divulgados, bem como atividades aglutinadoras para assegurar grande presença no evento.

O Estado alega falta de recursos, mas desvia dinheiro da educação

O governo do Estado de São Paulo vem desviando sistematicamente recursos da educação pública.

Ao mesmo tempo que diz não ter recursos para valorizar professores e melhorar a escola pública, privilegia empresários com a renúncia fiscal que já atingiu R\$ 14,5 bilhões desde 2014, com projeção de R\$ 60 bilhões até 2018. Vamos realizar uma forte campanha de denúncia para que esses recursos parem de ser retirados.

Ao mesmo tempo, desenvolveremos outra campanha, associada à primeira, para que o governo devolva à educação R\$ 17,5 bilhões que desviou entre 1995 e 2000, conforme apurou a CPI da Educação, realizada no ano 2000.

Como já apontamos anteriormente, queremos a apuração rigorosa do desvio de milhões de reais da merenda escolar, que os responsáveis sejam presos e seus bens confiscados, retornando este dinheiro para a compra de merenda escolar nutritiva e de qualidade.

SEE altera chamada de PEB II para outubro

No final de 2015, a Secretaria da Educação informou que havia solicitado autorização do governador para nova chamada de professores aprovados no concurso de PEB II para maio. Em fevereiro, reafirmou esta previsão. Entretanto, no final de março, a previsão foi alterada, passando a chamada a ser prevista para outubro, com ingresso em 2017, como previsto anteriormente.

Em reunião com a SEE, a APEOESP solicitou que esta chamada seja realizada em maio ou, no máximo, em julho/agosto. A Secretaria, por meio da CGRH, respondeu que é impossível atender a nossa demanda, pois, primeiro, deve efetuar o processo de remoção “a fim de não prejudicar os titulares de cargo”. Diz a SEE que “Assim, a previsão da realização de sessão de escolha de vagas é outubro, pois existem todos os prazos legais do processo de remoção e do posterior processo de ingresso que devem ser respeitados”.

Nenhum direito a menos

A APEOESP está engajada na luta para que sejam excluídos do PLP 257/2016, que tramita na Câmara dos Deputados, a proibição de reajustes, contratações e concursos por dois anos e o aumento de alíquota previdenciária, assim como outros ataques aos direitos dos servidores. Juntamente com outras entidades do funcionalismo paulista, participaremos de caravana a Brasília quando da discussão e votação deste projeto.

ENCONTRO ESTADUAL DOS PROFESSORES DA CATEGORIA O

A APEOESP está organizando para o dia 16/04, das 10h00 às 13h00, na Sede Central (Praça da República 282, São Paulo) mais um Encontro Estadual dos Professores da Categoria O, para debatermos o decreto que estenderá os direitos deste segmento ao longo do novo período de contratação (3 anos) e regularizará o direito a férias. O governo diz que tem minuta pronta, mas o assunto não está tendo andamento no âmbito do Estado. Também debateremos a situação daqueles professores que estão sem aulas, mas não podem ser contratados, enquanto há falta de professores nas escolas.